

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO
NA SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: A ÓTICA DE CELSO FURTADO**

Marco Aurélio Bilibio Etchegoyen

PORTO ALEGRE / RS

NOVEMBRO / 2009

MARCO AURÉLIO BILIBIO ETCHEGOYEN

**O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO
NA SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: A ÓTICA DE CELSO FURTADO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
em Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como
requisito para a obtenção do título de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ricardo Dathein

PORTO ALEGRE / RS

NOVEMBRO / 2009

MARCO AURÉLIO BILIBIO ETCHEGOYEN

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA
SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: A ÓTICA DE CELSO FURTADO

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Economia.

Conceito Final:

Aprovado em:de.....de.....

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Ricardo Dathein – UFRGS

Prof. Dr. Eugênio Lagemann

Profª. MS. Maria Aparecida G. de Souza

DEDICATÓRIA

Aos queridos Vô Léo, Vô Dinilio e Vó Maria, cujos ensinamentos e sabedorias transcendem o espaço e o tempo. Maior do que a saudade, só a gratidão e o orgulho de tê-los em minha história.

AGRADECIMENTO

À família e amigos, pelo apoio e carinho de sempre. Aos colegas e professores, pela troca de experiências e ótimo convívio ao longo destes anos. Ao professor Ricardo Dathein, pela ótima orientação e disponibilidade.

RESUMO

Esse trabalho é uma investigação do conceito de desenvolvimento econômico na teoria de Celso Furtado, bem como o papel dado pelo autor à industrialização na alteração das estruturas das economias subdesenvolvida, resultando promoção do desenvolvimento.

Da mesma forma, são investigadas as causas que Furtado julga responsáveis pelo fato de a industrialização não ter sido suficiente ao alcance do desenvolvimento das regiões periféricas, apesar dos inegáveis progressos que trouxe.

Palavras-chave: desenvolvimento; subdesenvolvimento; industrialização; economias centrais; economias periféricas.

ABSTRACT

The following research intends to explore the definition of economic development in Celso Furtado's theory, as well as the role industrialization plays on changing the underdeveloped structures of peripheral economies, leading them to the development according to the mentioned author.

Finally, it tries to explain the main causes appointed by Furtado as responsible by the failing – despite the great progress it brought to these regions – of the peripheral industrialization on creating the conditions that would have allowed them to reach economic development.

Keywords: Development; underdevelopment; central economies; peripheral economies.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2 – CELSO FURTADO E OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12
2.1 – A vida e o pensamento de Celso Furtado.....	12
2.2 – O desenvolvimento econômico segundo Furtado.....	14
2.3 – Celso Furtado e o subdesenvolvimento econômico	17
2.4 – Considerações finais.....	19
3 – A INDUSTRIALIZAÇÃO EM FURTADO: ANÁLISE HISTÓRICA	21
3.1 – O surgimento e a propagação da indústria.....	22
3.2 – A evolução da Industrialização na América Latina	25
3.2.1 – A industrialização induzida pelas exportações	26
3.2.2 – O modelo de substituição de importações	27
3.2.3 – Industrialização pela ação estatal.....	29
3.3 – Considerações finais.....	31
4 – INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CELSO FURTADO.....	33
4.1 – O caráter transformador da industrialização.....	33
4.2 – Por que a industrialização não foi suficiente para garantir o desenvolvimento econômico da América Latina.....	36
4.2.1 – Modernização.....	37
4.2.2 – Tipologia da indústria periférica.....	39
4.2.3 – Empresas transnacionais.....	39
4.3 – Considerações finais.....	42
5 – CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1 - INTRODUÇÃO

A importância de Celso Furtado no estudo e compreensão dos problemas e peculiaridades das economias periféricas é indiscutível, mesmo para aqueles que discordam de suas idéias ou seguem outras linhas e escolas do pensamento econômico.

Embora em termos quantitativos Furtado tenha sido um teórico muito produtivo – de vasta bibliografia – não restam dúvidas que foi seu método e paixão pela temática do desenvolvimento que o tornaram o economista mais lido da América Latina, e um dos principais nomes do estruturalismo.

Dono de extraordinária didática, Furtado tem entre suas obras primas “Formação Econômica do Brasil”, no qual aborda com maestria a história econômica brasileira, e “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, cujo tema central é questão desenvolvimento X subdesenvolvimento. O segundo título era tido pelo próprio autor como o mais importante de sua carreira.

Um dos maiores diferenciais do pensamento de Furtado foi sua capacidade de agregar ao vasto conhecimento econômico o enfoque de pensador social, principalmente através do método histórico. Bresser - Pereira muito bem define o método de Furtado:

Celso Furtado é um economista da teoria do desenvolvimento e da análise econômica brasileira. Nessas duas especialidades ele pensou sempre de forma independente, e usou principalmente o método histórico e não o lógico-dedutivo. Sua capacidade de inferência e de dedução é poderosa, mas ele parte sempre da observação da realidade, evita basear-se em pressupostos gerais sobre o comportamento humano – e procura, a partir dessa realidade e do seu movimento histórico, inferir a teoria (2001, p. 19).

Cepêda ratifica as palavras de Bresser - Pereira ao afirmar que “os reflexos profundos e a interdisciplinaridade de suas [de Furtado] teses tornaram-nas balizas paradigmáticas para a História e a Sociologia” (2001, p. 168).

Dentro desse contexto, o presente trabalho tem o objetivo¹ de verificar o papel que Furtado atribui à industrialização enquanto agente motora do desenvolvimento, bem como as causas pelas quais a industrialização não foi suficiente para promover o desenvolvimento das periferias, mesmo que tenha trazido a essas regiões importantes avanços no sentido de diversificação e progresso da estrutura produtiva. Como veremos adiante, o autor é categórico ao diferenciar progresso e desenvolvimento, já que o segundo só ocorre quando os benefícios do primeiro atingem as diversas camadas da população.

Para tanto, no primeiro capítulo será feita um breve resumo da vida e obra de Celso Furtado, ressaltando sua importância tanto na figura de pesquisador quanto de homem público. Ainda na primeira seção, serão analisados os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, indispensáveis para a compreensão das idéias do autor.

O segundo capítulo explora a análise histórica de Furtado, tratando do surgimento e propagação da indústria nos países centrais e das peculiaridades da industrialização periférica em suas três principais fases: a industrialização induzida pelo setor externo, a substitutiva de importações e a induzida pela ação governamental. A percepção das diferenças no processo de industrialização dos países centrais e periféricos é muito importante para compreendermos os motivos pelos quais a relação de dominação centro-periferia se aprofundou mesmo após a industrialização. O resultado, como veremos adiante, se traduz na enorme discrepância das condições sociais entre essas regiões.

Finalmente, no terceiro capítulo será tratado o caráter transformador da indústria, apontando as maneiras pelas quais a industrialização pode, na opinião de Furtado, alterar as estruturas das economias subdesenvolvidas e ser o principal driver do processo de desenvolvimento. A segunda parte do último capítulo é destinada a explicar os motivos pelos

¹ É importante notar que não é objetivo entrar no debate acadêmico acerca da validade e aplicação ou não da obra de Furtado, mas sim analisar seu pensamento e contribuição para a teoria do Desenvolvimento.

quais o autor julga que a industrialização periférica falhou em promover o desenvolvimento destas regiões.

O autor deste trabalho não buscou na obra de Furtado soluções para uma rápida superação do subdesenvolvimento – até por que o último alegava que não era seu objetivo propor os caminhos pelos quais o desenvolvimento pudesse ser atingido em um toque de mágica, mas sim conscientizar sobre a situação do subdesenvolvimento e a partir desta consciência tentar criar as condições necessárias para a reversão do quadro.

2 - CELSO FURTADO E OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo analisar a contribuição teórica de Celso Furtado. Assim, serão tratados aspectos ligados à carreira de Furtado, tanto no âmbito acadêmico quanto na política, resgatando assim as influências e a formação da ideologia do maior economista brasileiro.

Posteriormente, serão resumidos dois dos conceitos mais importantes na obra do autor: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico. Sem o claro entendimento da percepção de Furtado sobre estes temas, qualquer tentativa de análise ou debate acerca de sua obra estaria comprometida.

2.1 A vida e o pensamento de Celso Furtado

Nascido em 1920 na cidade de Pombal, interior da Paraíba, Celso Furtado se formou em direito na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) em 1944, e quatro anos mais tarde se tornou Doutor em Economia pela Universidade de Paris. Em 1949 tomou parte na recém criada Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, sob o comando do argentino Raul Prebisch. Esse organismo viria a ser, com imensurável participação de Furtado, o grande intelectual orgânico do desenvolvimento e do desenvolvimentismo na América Latina.

No Brasil, ainda como funcionário da ONU, chefiou durante o segundo governo Vargas o grupo misto CEPAL-BNDE. Esse grupo criou um esboço de Programa para o desenvolvimento do Brasil. Dirigiu também a Revista Brasileira de Economia.

No governo Kubitschek elaborou o Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Nordeste, que daria origem à SUDENE, da qual seria superintendente até 1964. Ministro do Planejamento do governo João Goulart, foi responsável pela criação e implementação do Plano Trienal, tentativa fracassada de controlar a inflação e garantir as condições políticas para a manutenção do regime democrático.

A partir do golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados e partiu para o exílio. Passou a lecionar em importantes universidades do mundo (Yale e Sorbonne, por exemplo), até a redemocratização brasileira. Com o fim do regime militar voltou ao país e assumiu o ministério da cultura no governo Sarney. Continuou se dedicando à pesquisa e vida acadêmica até seu falecimento em novembro de 2004.

Segundo Bielschowski, Furtado, o economista e cientista social latino-americano cujas idéias tiveram maior alcance, é um “teórico do subdesenvolvimento dedicado a orientar os cidadãos do continente para uma ação transformadora” (2001, p.109). Aí reside o tom pedagógico e didático que marca sua obra e que possibilitou tamanha influência. Fazendo uma analogia sobre o enfoque de Furtado, alega que este tem um alicerce e três pavimentos. O alicerce é o “método histórico-estrutural”, já que Furtado absorveu as idéias estruturalistas da CEPAL e nelas incluiu a análise histórica. Os pavimentos são: a análise do subdesenvolvimento, a inserção dos contextos socioeconômico e sociopolítico na formulação de seu pensamento, e por fim, a problemática do subdesenvolvimento no plano da cultura.

Furtado deu grande contribuição ao pensamento estruturalista, originado na CEPAL. Porém, antes de tratar das referidas contribuições, é importante situar o leitor sobre o pensamento estruturalista.

O Estruturalismo busca, a partir de uma profunda análise das economias subdesenvolvidas e dos contrastes destas em relação às economias desenvolvidas, respostas sobre as interações e relações entre centro e periferia.

A principal resposta encontrada foi que a industrialização na época experimentada pela América Latina, embora fundamental para a reversão do quadro de subdesenvolvimento, tinha características como heterogeneidade tecnológica e necessidade de investimentos simultâneos em diversos setores que a transformavam em um agravante do péssimo quadro social.

A falta de planejamento estatal da industrialização, somada aos problemas acima citados, aumentariam a já grande vulnerabilidade dos países latino-americanos a desequilíbrios de balança de pagamentos, inflação estrutural (causada por fatores não monetários) e subemprego.

A contribuição de Furtado ao estruturalismo se deu de três maneiras: introdução do enfoque histórico, análise das relações entre crescimento econômico e distribuição de renda, e por fim a introdução de aspectos culturais nas raízes do subdesenvolvimento. Cavalcanti resume de forma bastante clara o papel de Furtado na formação e divulgação do pensamento econômico estruturalista:

Respaldado por seu conhecimento da economia clássica, que impunha a disciplina metodológica, “sem a qual logo se descamba para o dogmatismo”, do marxismo que utilizava em vários de seus raciocínios e da obra de Keynes, então em plena utilização nos meios acadêmicos menos ortodoxos e mesmo nos ortodoxos, Furtado pôde ainda se valer dos ensinamentos de Raúl Prebisch, com suas idéias das relações centro-periferia, e do grupo de que participara e que aquele liderava na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – a chamada “escola estruturalista”, um dos movimentos mais criativos do pensamento econômico periférico –, com seu enfoque estrutural dos problemas econômicos. Para chegar até esse patamar de sua reflexão, Furtado procurou aproximar – originalidade sua – a análise econômica do método histórico, numa tentativa de compreensão de problemas similares enfrentados por economias atrasadas em contextos históricos e nacionais diversos, mas com especificações próprias de cada estrutura. Essa perspectiva constituía, além da novidade que trazia, uma forma de procurar saídas para os desafios do desenvolvimento nos países periféricos, países colonizados ou simplesmente de baixos níveis de renda per capita, desafio esse que Furtado sintetizava na necessidade de “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”. O núcleo da tese de Furtado, nesse marco, é o da nítida dimensão histórica do fenômeno do desenvolvimento econômico, junto com a necessidade de uma teoria sobre tal fenômeno justificada pelo conhecimento da realidade – e não por uma formulação abstrata geral – e pela capacidade de se atuar sobre essa realidade (2004, p. 9).

2.2 O Desenvolvimento econômico segundo Furtado

Celso Furtado analisou o desenvolvimento econômico, tema central de sua obra, através de um enfoque histórico-estruturalista. Segundo Jaguaribe

As idéias de Celso Furtado sobre o desenvolvimento estão estreitamente ligadas ao pensamento da CEPAL, para o qual ele foi [...] um dos principais contribuidores. O pensamento amadurecido de Celso Furtado, entretanto, se encaminhou na direção de superar os limites da ciência econômica, carregando-se por um lado de uma ampla visão histórico-sociológica e, por outro, de uma aguda consciência dos condicionamentos culturais e políticos (2001, p. 54).

De acordo com Furtado

O desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho [...] À medida que cresce a produtividade [...] aumenta a renda real social, isto é, a quantidade de bens e serviços a disposição da população. Por outro lado, o aumento das remunerações resultantes da elevação da renda real provoca nos consumidores reações tendentes a modificar a estrutura da procura. Ocorre assim uma série de interações mediante as quais o aumento da produtividade faz crescer a renda real, e o conseqüente aumento da procura faz com que se modifique a estrutura da produção. (1961 p. 91)

È importante ressaltar que o autor não considera inovação apenas o surgimento de novas técnicas ou fatores de produção, mas também a alocação dos recursos já existentes de maneira ainda não praticada.

Uma região plenamente desenvolvida é aquela na qual não há ocupação de fatores em atividades com níveis de produtividade abaixo da máxima e, portanto, o aumento da produtividade só pode acontecer através do progresso técnico. As economias subdesenvolvidas são aquelas nas quais a produtividade pode ser aumentada através da utilização de técnicas já conhecidas. Assim,

O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época (1961, p. 90).

No entanto, o desenvolvimento econômico, para que assim possa ser considerado, é mais do que o mero aumento do produto. Deve implicar a irradiação do progresso econômico para todas as esferas da sociedade.

A intensidade pela qual uma economia cresce e se desenvolve depende basicamente de duas relações: inversões – renda territorial e, finalmente, riqueza reproduzível aplicada no processo produtivo – renda territorial.

Nas palavras do autor,

A renda territorial é a renda total gerada em dado território, diferenciando-se da renda nacional, que, a rigor, é a renda dos nacionais de dado país. Assim, a renda territorial brasileira inclui a renda das companhias estrangeiras que operam no país e exclui a renda das companhias brasileiras que operam no estrangeiro (1961, p. 99).

A relação inversões – renda territorial é a proporção da renda corrente transformada em novas formas de capacidade produtiva. A segunda relação demonstra a quantidade de produto que se obtém através da inversão de uma unidade de capital em determinada economia.

O capital é composto por bens reprodutíveis e bens não-reprodutíveis (encontrados na natureza e incorporados ao sistema produtivo, como o solo, minérios, etc.). A incorporação desses bens representa meramente um ato de ocupação. Só podemos considerar inversão quando essa ocupação exige trabalho e ocupação de capital, como o tratamento do solo para que este possa ser melhor agricultável. O capital reprodutível, por sua vez, é a soma de todo o trabalho realizado em períodos anteriores para aumentar a produtividade do próprio trabalho no presente.

O produto de uma economia em um dado período de tempo depende da quantidade de trabalho realizado neste período e da acumulação de capital reprodutível em tempos anteriores. Se considerarmos a quantidade de trabalho presente constante, o produto tende a crescer de acordo com a acumulação de capital. Assim, podemos concluir que o desenvolvimento econômico é principalmente um processo de acumulação de capital.

Finalizando, Furtado define seu conceito de desenvolvimento econômico:

A idéia de desenvolvimento, referindo-se a uma sociedade, comporta, sabidamente, toda uma gama de ambigüidades. De um ponto de vista descritivo, ela se refere ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se, assim, o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apóia na inovação técnica [...] posta a serviço de um sistema de dominação social.

2.3 – Celso Furtado e o subdesenvolvimento econômico

Celso Furtado não considerava o subdesenvolvimento uma questão inerente ao desenvolvimento. Ou seja, o fato de um país ser desenvolvido não significa necessariamente que tenha sido subdesenvolvido em algum período anterior. Segundo o autor (1964), o subdesenvolvimento deve ser compreendido principalmente como um problema que se coloca em termos de toda a estrutura social, não apenas na esfera econômica. “O fato de que sejam os seus aspectos econômicos os mais estudados e conhecidos é simples confirmação da tese geral de que, no processo de desenvolvimento social, aos fatores econômicos cabe, quase sempre, papel predominante” (FURTADO apud SHISHITO, PP. 2-3).

Os países subdesenvolvidos são em sua grande maioria países nos quais foram introduzidos elementos característicos da economia capitalista (assalariamento, industrialização e inovações tecnológicas) enquanto a atividade agrícola era predominante, e sem que fossem feitas as reformas necessárias para que esta última atividade diminuísse sua importância (tanto econômica quanto política, no caso da elite ligada ao setor primário). Naturalmente, o predomínio do latifúndio na estrutura agrária foi um grande entrave ao desenvolvimento.

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão somente uma economia atrasada² – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução uma cunha de economia capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores (...) com reflexo em toda (...) estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. (FURTADO apud SHISHITO, p.3).

O subdesenvolvimento é um problema crônico e que tende a perpetuar-se, fruto de relações de dependência entre países centrais e periféricos. Na análise de Furtado a dependência vai além do sentido literal, que pode induzir o leitor a pensar em necessidade de

² É importante ressaltar que na obra de Furtado o atraso e subdesenvolvimento tem conceitos bastante distintos. O primeiro define uma economia basicamente agrícola, enquanto o segundo significa a existência de um dualismo estrutural em determinada economia.

financiamento externo ou em relações comerciais, por exemplo. O autor (1974) define a dependência como uma situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior.

O aumento do produto dos países periféricos dificilmente muda a estrutura da concentração de renda. Conforme nos mostra a história, o que ocorre é o inverso: a má distribuição de renda só se agrava. Isso possibilita que a classe minoritária, detentora de grande parte da riqueza, copie os padrões de consumo dos países centrais, criando o que Furtado denomina dependência cultural.

Se os países desenvolvidos só chegaram a esta condição devido a inovações tecnológicas, o subdesenvolvimento pode ser fruto da importação destas inovações por parte dos países periféricos. Por possuir condições e necessidades sociais distintas das economias centrais, ao utilizar os mesmos meios e fatores de produção a periferia acabava alocando estes recursos de maneira ineficiente. Para Furtado “o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio ao nível dos fatores” (1961, p. 196).

O crescimento econômico resultante desta má alocação de recursos não é capaz de gerar desenvolvimento. Pelo contrário, acaba aumentando a concentração de renda e desigualdade social.

O subdesenvolvimento é visto por Furtado (1961) como resultado do modelo de industrialização imposto pelos países centrais às suas periferias. Segundo o autor, o advento da indústria na Europa foi uma ruptura no sistema econômico mundial, e condicionou o desenvolvimento subsequente de todas as regiões.

A ação da indústria se deu em três direções: a primeira se deu dentro do próprio continente e foi marcada pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela absorção dos fatores liberados (especialmente a mão-de-obra). Esse processo se deu em duas fases: numa primeira, a liberação de mão-de-obra era muito mais rápida do que a absorção. Assim, a oferta desse fator era extremamente elástica. Na fase posterior, a oferta de mão-de-obra se esgota, o que requer uma nova orientação da tecnologia disponível.

A segunda linha do desenvolvimento da economia industrial da Europa se deu para além de suas fronteiras, onde existiam terras desocupadas e com condições similares às européias. As novas áreas eram na verdade uma espécie de prolongamento da Europa, pois os imigrantes reproduziam os métodos produtivos e padrões de consumo dos seus países de origem, e geralmente encontravam excepcionais condições naturais.

A terceira linha se deu pela expansão da economia européia em direção a regiões já ocupadas (algumas com alta densidade demográfica), mas cujas estruturas econômicas predominantes eram pré-capitalistas. A interação entre o capitalismo moderno e as estruturas arcaicas típicas dos países pobres acabou por criar uma economia incapaz de levar os benefícios do incremento da renda para a população em geral.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (p.180).

A estrutura econômica da região na qual a empresa capitalista penetrou não se alterava, pois apenas uma pequena parcela da mão-de-obra era absorvida pela empresa estrangeira, o nível de salários não era determinado pela produtividade da empresa, mas pelas condições de vida locais, e os lucros obtidos não se integravam à economia local.

Furtado ressalta que não são todas as economias híbridas que se comportam como pré-capitalistas. O Brasil é citado como exemplo pelo autor, que afirma que, a massa de salários ligada ao mercado externo deu caráter monetário à uma importante parcela do sistema econômico, o que resultou na diversificação dos hábitos de consumo. Posteriormente, essa alteração viria a ser muito importante para o crescimento da economia brasileira.

2.4 Considerações finais

Embora fundamentais, a mera compreensão dos conceitos tratados neste capítulo não seria suficiente o entendimento da relevância da obra de Furtado, tampouco poderia justificar a importância que o autor assumiu no debate sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. Importância, que cabe ressaltar, extrapolou o limite das ciências econômicas e deu ao autor o status de autoridade no pensamento social.

É fundamental reforçar o caráter transcendente que Furtado dá ao desenvolvimento econômico: aumento da renda e progresso não significa desenvolvimento se seus benefícios não transformarem a estrutura social de determinada região, atingindo assim a todas as parcelas da população.

Merece destaque também o fato de o autor não considerar o subdesenvolvimento uma etapa necessária à obtenção do desenvolvimento. Pelo contrário, a condição de subdesenvolvimento é uma anomalia do sistema capitalista, que acaba por ser um grande entrave no caminho do desenvolvimento.

No próximo capítulo será tratada a evolução histórica da industrialização: o surgimento da indústria no centro, sua propagação mundial e as etapas da industrialização nas economias latino-americanas.

3. A INDUSTRIALIZAÇÃO EM CELSO FURTADO: ANÁLISE HISTÓRICA

A industrialização, bem como seus efeitos para as economias subdesenvolvidas, ocupa um papel central na obra de Celso Furtado. Segundo Sawaya (2008), Furtado via a industrialização como a fórmula para a criação na periferia de um fluxo dinâmico endógeno – produção-renda-consumo – que seria um modo de superar a lógica primário-exportadora, tão característica das economias dos países latino-americanos. Assim, poderia ser promovido o desenvolvimento econômico da região.

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, importante obra do autor datada de 1978, Furtado define de forma objetiva e clara o que entende por industrialização:

O homem que produz um instrumento de trabalho para si mesmo, tal o pescador que tece sua rede, divide seu próprio trabalho no tempo. Aquele que utiliza instrumentos fabricados por outros homens integra com estes uma equipe de trabalho que ganha espessura no tempo e no espaço. A essa complexidade da estrutura econômica com base no uso crescente de instrumentos é que chamamos de industrialização. (1978, p.71).

Segundo o autor, “A acumulação é apenas o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento” (ibidem).

O presente capítulo tem por objetivo trazer à tona a evolução histórica da indústria na obra de Furtado: tanto o surgimento na Europa, no século XVIII, quanto as maneiras pelas

quais esta nova organização da estrutura produtiva se propagou pelo mundo e, finalmente, como se deu o processo de industrialização no caso específico da América Latina³.

3.1 O surgimento e a propagação da indústria

Segundo Furtado, o surgimento da indústria foi possível graças à ampliação do excedente comercial. A abertura de linhas de comércio em magnitudes planetárias, no século XVI, é fundamental para explicar o processo acumulativo que viabilizou a Revolução Industrial. “Porque abre as portas à especialização, o comércio causa aumentos de produtividade, ao mesmo tempo que facilita a difusão dos valores culturais dos povos que o promovem” (FURTADO, 1978, P. 55).

Furtado afirma que a importância da abertura das novas linhas de comércio vai além do mero aumento da renda ou de reservas metálicas: a ascensão econômica da burguesia (dada pela maior acumulação do excedente comercial) possibilitou que esta classe se enraizasse junto às classes tradicionalmente dominantes (processo ao qual denomina revolução burguesa⁴). Assim, a burguesia conseguiu o respaldo político para levar adiante o processo expansionista que experimentava:

Das poderosas posições financeiras que ia construindo, a grande burguesia foi abrindo caminhos de acesso aos centros de decisão e obtendo (e ocasionalmente impondo) mudanças institucionais que permitiam ampliar sua área de ação. Graças a essas mudanças, os critérios básicos que regem a atividade mercantil (livre-iniciativa, livre contratação, livre circulação) puderam ser estendidos a novos e crescentes setores da vida social (1978, p. 59).

Prossegue:

³ Os resultados obtidos pelos diferentes meios de acesso à industrialização não formam o tema central deste capítulo.

⁴ Furtado (1978) considera que em todas as sociedades a acumulação foi um dos alicerces da dominação social. No entanto, o que distingue a revolução burguesa é o uso do excedente como instrumento de controle do sistema produtivo. É “o processo histórico multissecular no qual emergiram as formas de controle social conducentes à aceleração da acumulação que pôs em órbita a civilização industrial” (p. 163).

Foi a subordinação das atividades diretamente produtivas aos critérios mercantis - mediante o desmantelamento das corporações e a usura ou eliminação dos privilégios feudais – que conduziu à gestação da Revolução Industrial, essa mutação histórica que pôs em marcha o rápido processo de desenvolvimento das forças produtivas, característico do capitalismo contemporâneo. A subordinação das atividades diretamente produtivas à lógica do mercado significou a transformação dos recursos produtivos primários – a força de trabalho do homem e a terra – em mercadoria, ou seja, em objetos que se transacionem com base em um valor de troca. Como os mercados estão sob o controle daqueles que dispõem de uma acumulação prévia, a integração nos mercados de uma parcela crescente da população como força de trabalho e das terras como fator de produção traduzia-se em fortalecimento da posição da classe mercantil, ou burguesia, na estrutura de poder (1978, pp.59-60).

Tratando especificamente do avanço da manufatura, Furtado ilustra o quadro anteriormente citado. Segundo o autor (1978) a expansão manufatureira só foi possível quando se deu a criação dos mercados extramuros, ou seja, quando a produção artesanal passou a ser objeto de transações a distância. Ao garantir o acesso aos mercados e às matérias-primas, o comerciante aumentava o controle financeiro do processo produtivo, passando assim a desempenhar papel tão importante quanto o produtor manufatureiro.

Uma vez que o controle da produção foi estabelecido por agentes econômicos motivados por critérios mercantis, e não mais por mestres de ofício e corporações, as portas para alterações no modo de produção se abriram. Não existiam mais obstáculos capazes de impedir a divisão do trabalho, e a acumulação e ampliação do excedente passaram a ser os objetivos do processo produtivo.

Nas palavras do autor

Se as transformações no sistema de dominação social assumiram a forma de um processo multissecular, a penetração dos critérios mercantis na organização da produção tenderia a acelerar-se, produzindo esse autêntico salto histórico que foi a Revolução Industrial. As técnicas produtivas, antes componentes da memória social transformam-se em objeto de transação mercantil. A inovação nos métodos produtivos passa a ser o caminho mais curto para surpreender os concorrentes, e portanto, um instrumento de poder. O crescimento do excedente já não depende da abertura de novas linhas de comércio, podendo ser engendrado mediante simples aumentos de eficiência. A acumulação se acelera e assume o papel de elemento motor de toda a evolução social (1978, p.62).

No entanto, fica clara a idéia de que esta alteração na estrutura social pode ser apontada como elemento determinante no surgimento da indústria, mas não de sua propagação:

É esse processo, pelo qual a ampliação do excedente, induzida por fatores externos leva a deslocamentos no sistema de dominação social (das quais resultam modificações fundamentais na organização da produção) que é específico da história européia. A civilização industrial gerou-se em seu bojo, portanto dentro de um contexto histórico perfeitamente delimitado. A sua difusão pertence a outro processo histórico, que de nenhuma maneira pode ser compreendido a partir de um quadro conceitual, derivado estritamente da experiência original européia (1978, p.60).

A difusão da indústria em escala global é vista por Furtado (1978) de duas maneiras: em alguns países, como Rússia e Japão, a industrialização é fruto da tomada de consciência, por parte dos governantes, do atraso econômico que viviam e da percepção de que esta obsolescência representava riscos à soberania nacional (se não no sentido de delimitação de fronteiras ou de independência política, no tocante à independência econômica).

O autor ainda cita uma maneira alternativa, mas não menos importante, de acesso à industrialização, a qual denomina indireta. “Se as duas vias de acesso à civilização industrial que vimos de referir [Japão e Rússia] resultaram da tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa, a terceira [indireta] pode ser considerada como um subproduto dessa dominação” (FURTADO, 1978, p.69).

A industrialização pela via indireta teria se originado no quadro da divisão internacional do trabalho então implantada na Europa, e levaria à dependência estrutural. A expansão dos mercados dos países que experimentavam a industrialização deu origem a um grande fluxo de comércio internacional, e através desse intercâmbio os valores materiais da civilização industrial foram se propagando nos demais países.

As nações industrializadas exportavam bens manufaturados com nível de acumulação relativamente alto e importavam basicamente matérias-primas, que por natureza têm um grau de acumulação menor. Assim, o comércio exterior acabava por aprofundar a especialização e a divisão do trabalho, e conseqüentemente, a disparidade nos níveis de acumulação.

Furtado considera que

Dessa forma, a integração nos mercados internacionais, mediante a utilização de recursos antes dedicados a atividades de baixo grau de especialização ou simplesmente ainda não incorporadas aos sistemas de produção, constituía uma via de acesso, embora indireta, à civilização industrial. A transferência de mão-de-obra de atividades de auto-subsistência para plantações de café, de cacau, de borracha e outras dava origem a um poder de compra nos mercados internacionais, mediante o qual certas populações passavam a ter acesso aos frutos do progresso técnico. Transplantavam-se, assim, os padrões de comportamento surgidos da civilização industrial para sociedades em que não haviam penetrado as técnicas produtivas em que assenta essa civilização. Esse acesso indireto conduziu a resultados diametralmente opostos aos produzidos pelas duas vias anteriormente referidas: nestas [Japão e Rússia] acelerava-se o desenvolvimento das forças produtivas ao mesmo tempo que se coarctavam as transformações dos padrões de consumo; na via indireta diversificaram-se os padrões de consumo na ausência quase total de evolução das técnicas produtivas. Nos dois primeiros casos, acelerava-se a acumulação com vistas a assimilar técnicas produtivas mais sofisticadas; no terceiro caso, *modernizavam-se* certos padrões de consumo e acumulava-se de preferência para fora do sistema produtivo: na infra-estrutura urbana e em bens de consumo duráveis importados. À via de acesso indireta à civilização industrial deve-se a ruptura estrutural “centro-periferia” que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo. (1978, p. 70).

Mais uma vez, Furtado deixa clara a necessidade de que as transformações no sistema produtivo sejam acompanhadas de mudanças sociais e culturais, evitando o agravamento da concentração de renda.

3.2 A evolução da industrialização na América Latina

Uma vez exposto de que maneira Furtado tratou, dentro de sua característica análise do contexto histórico, o surgimento e as formas pelas quais a industrialização se propagou pelo mundo, será agora apresentado a evolução da industrialização nas economias latino-americanas.

Naturalmente, os países latino-americanos se inseriram no mundo industrializado pela maneira indireta, tratada na seção anterior, e os efeitos da dependência externa não demoraram a surgir. É justamente esta dependência um dos maiores entraves ao desenvolvimento da região, segundo a literatura de Furtado. A este assunto será dedicado um capítulo posterior.

Nesta seção serão tratados os três principais modelos de industrialização adotados pelos referidos países: a industrialização induzida, a substituição de importações e a industrialização pela ação estatal, uma vez esgotada a substituição de importações.

3.2.1 A industrialização induzida pelas exportações

A expansão da demanda mundial pelos produtos primários aumenta a produtividade e renda da economia, levando a um aumento mais do que proporcional da demanda interna por bens manufaturados. No entanto, essa demanda tende a ser suprida pelas importações (ao menos inicialmente), já que o país é intensivo na produção primária. Dependendo de alguns fatores, que serão tratados a seguir, esse mercado interno pode acabar servindo de alicerce para o processo de industrialização.

Entre os principais fatores, destacam-se: a magnitude do aumento da produtividade média da economia (gerado pela expansão da atividade exportadora); modificações na distribuição da renda nacional; proporção do aumento do produto interno retido no país; investimentos em infra-estrutura induzidos pelo setor exportador.

Ou seja, se a produção voltada ao setor externo não gerar progresso técnico nem alterar o padrão de salários e qualificação da mão-de-obra; se a renda continuar com os níveis de concentração característicos das economias em questão e se boa parte do incremento da renda não ficar retido no país ou for revertido ao estado, o mercado interno não se desenvolverá e a demanda por produtos manufaturados será suprida pelas importações. Desta maneira, o processo de industrialização dificilmente conseguirá ser levado a diante.

Por outro lado, o setor exportador pode criar um grande dinamismo na economia local. Ao gerar progresso técnico, distribuição de renda, aumento na produtividade e na remuneração do trabalho e investimentos em infra-estrutura, a atividade primário-exportadora estará criando as bases para o início de uma industrialização denominada “industrialização induzida” (pelas exportações). É importante ressaltar que essa indução não ocorre diretamente, mas de maneira indireta, pela interação dos diversos fatores já citados com a economia local.

A intensidade da industrialização induzida também tem alguns condicionantes, como a disponibilidade de recursos naturais e o nível de urbanização do país. Essa primeira etapa da

industrialização, marcada pela produção de bens de consumo (impulsionada pelo aumento da renda do setor exportador) e de materiais de construção (em função da urbanização), era de acordo com Furtado (1969) limitada por suas próprias características, pois tinha pequeno poder germinativo.

Passada a fase inicial de expansão os investimentos produtivos perdem o caráter inovativo e acabam sendo meras reproduções de plantas já existentes, sem agregar novas tecnologias. Assim, o nível de atividade da indústria flutua de acordo com o desempenho das exportações. Nas palavras de Furtado (1969, p. 133), “o setor industrial se comportava como um multiplicador de emprego do setor exportador”.

Para reverter esse quadro, Furtado considerava mister a diversificação da indústria para setores que tivessem a capacidade de autogerar demanda. Ou seja, produtos que “fossem absorvidos pelo próprio setor industrial e por outras atividades produtivas (1969, p. 133)”.

Celso Furtado se esforça para deixar claro que a industrialização induzida pelas exportações apresenta limitações intrínsecas que por si só são suficientes para impedir seu desenvolvimento. Os choques externos (notadamente a crise de 1929) foram fatores que aceleraram a derrocada deste modelo, mas não podem ser definidos como a única causa de seu insucesso.

3.2.2 O Modelo de Substituição de Importações

As conseqüências da crise de 1929 foram bastante sentidas pelos países subdesenvolvidos que logravam um recente grau de industrialização. A drástica diminuição da renda do setor exportador obrigou os governos a tomarem medidas (desvalorização cambial, déficit público, emissão de moeda) para tentar atenuar a crise. Um dos efeitos mais sentidos foi a diminuição da capacidade de importação dessas economias.

Vale ressaltar que por haver uma série de itens na matriz de importações que eram rígidos, e em função da deterioração dos meios de troca, a queda do poder de importação foi bem superior à queda da quantidade exportada.

A partir daí tem início uma nova etapa do processo de industrialização nos países subdesenvolvidos, que segundo Furtado (1968, p.186) “já não se apóia em uma expansão prévia da procura global. Pelo contrário: são as tensões criadas pela contração da procura

global que, provocando redistribuição de renda, elevam a eficácia dos investimentos no setor industrial”.

No entanto, Furtado faz uma importante ressalva:

A reorientação dos investimentos do setor exportador para o industrial traz consigo um aumento do conteúdo de importações desses investimentos, o que significa que a pressão sobre a balança de pagamentos permanecerá. Daí que o processo de industrialização, para avançar, deva liberar capacidade de importação (1968, p. 187).

A industrialização por substituição de importações só é possível nos países subdesenvolvidos que lograram a industrialização induzida, e cuja indústria tenha atingido uma razoável participação no produto (Furtado estipula em torno de 10% do PIB).

Suzigan resume o ponto de vista de Furtado:

A dinâmica do processo de substituição de importações é sumariada por Furtado como segue: a partir do aumento da produção industrial de bens de consumo corrente, ao iniciar-se o processo de substituição, verifica-se um aumento correspondente da demanda de bens intermediários e de máquinas e equipamentos em geral. Dada a restrição da capacidade de importar, os preços dos insumos industriais tendem a aumentar, abrindo novas oportunidades de investimentos. Estes, por sua vez, pressionarão ainda mais a capacidade de importar, criando novas tensões estruturais, e o processo avança (2001, p. 134).

Esse modelo de industrialização se esgota quando a gama de produtos importados já está significativamente reduzida, e composta principalmente por bens de capital. De maneira geral é inviável incentivar a produção local desses bens através do aumento dos preços relativos dos concorrentes importados, pois tal medida afetaria o investimento agregado da economia. Assim, “a industrialização somente poderá prosseguir se a estrutura da economia, e do setor industrial, em particular, houver alcançado certo grau de diversificação” (FURTADO, 1968, p. 188).

3.2.3 A industrialização pela ação estatal

Na década de 1950 os países latino-americanos que já experimentavam industrialização relativamente avançada começaram a apresentar sinais de esgotamento do processo de substituição de importações. A redução da pauta de importações encontrou forte resistência na falta de recursos naturais, na dimensão limitada do mercado interno e principalmente na dependência tecnológica, característica marcante dos países subdesenvolvidos.

Até mesmo a estabilização do coeficiente de importações seria difícil de ser mantida. Isso requereria que produto e importações crescessem na mesma magnitude, algo que Furtado julga impossível em países cuja matriz de exportações limita-se tão somente a uma pequena diversidade de produtos primários.

Os governos desses países (principalmente México, Brasil e Argentina) tinham, na opinião de Furtado, conhecimento desse fato e da necessidade de realizar uma diversificação dos investimentos industriais:

No período pós-guerra, o processo de industrialização nos três países referidos dependeu muito mais da ação estatal visando a concentrar investimentos em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologia estrangeiros, que propriamente da substituição de importações. Contudo, continuou-se a falar em substituição de importações pelo fato de que a produção industrial, orientando-se estritamente para satisfazer a demanda interna, abasteceu mercados antes supridos mediante importações [...] A rigor, os novos mercados foram principalmente criados pela ampliação da demanda global que trouxe consigo a industrialização (FURTADO apud SUZIGAN 2001, p. 135).

Na terceira fase da industrialização o setor industrial deve ser o protagonista do processo de desenvolvimento. Para que a indústria possa assumir este papel, Furtado (1968, p.188) considera que o setor “deverá estar estruturado de tal forma que a utilização de sua capacidade produtiva tenha como contrapartida necessária a realização de um nível adequado de investimentos no conjunto da economia”. A taxa de investimento adequada seria, na opinião do autor, 18%.

Visto o problema de outro ângulo: para que esse país possa utilizar plenamente sua capacidade produtiva, sua taxa de investimento deverá alcançar 18%. Um crescimento mais intenso do setor externo pode aumentar a eficácia da utilização dos recursos, mas não é em si o elemento propulsor do desenvolvimento. Os investimentos poderão orientar-se no sentido da substituição de importações, aumentando sua eficácia, sem que nesse processo esteja o elemento propulsor do desenvolvimento. Esse passa a ser consequência direta da diversificação estrutural (1968, p.189).

Essa etapa de industrialização trouxe aos países subdesenvolvidos nova inserção internacional e estrutura produtiva. Segundo Suzigan

Partindo do princípio de que a diversificação da procura, tanto quanto o aumento da produtividade, constitui elemento motor do desenvolvimento, [Furtado] argumenta que os países que se especializaram de acordo com suas vantagens comparativas transformaram-se em importadores de novos bens de consumo, e o seu desenvolvimento econômico passou a confundir-se com a importação de padrões de consumo (2001, p.136).

Isto acabou afetando a demanda, e a substituição de importações “transferiu essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo” (*ibidem*). Assim, a industrialização passou a ter outra conotação, no sentido de ser apenas uma descentralização geográfica. “Ora, essa descentralização não significa industrialização no sentido de autonomia para criar produtos industriais; significa localizar, parcial ou totalmente na periferia a produção física de artigos que continuam a ser criados nos centros dominantes” (FURTADO apud SUZIGAN, 2001, p. 136).

Nos países centrais a introdução de novos métodos produtivos que aumentam a produtividade eleva o padrão da vida da população como um todo. Nas economias subdesenvolvidas o fator dinâmico passa a ser a imitação, por parte da parcela mais rica da população, do padrão de consumo dos países desenvolvidos.

Esse processo [desenvolvimento] somente se cumpre em sua plenitude com respeito a uma minoria da população. O resto da população é afetado de forma decrescente, em função de sua integração na economia monetária e no mercado de produtos manufaturados. O peso do excedente estrutural da mão-de-obra faz com que a penetração de técnicas sofisticadas nas atividades ligadas ao conjunto da população acarrete um crescimento mais do que proporcional da renda dos grupos ricos [...] Cabe, portanto, concluir que a introdução de novos padrões de consumo entre os grupos ricos constitui o verdadeiro fator primário (ao lado da ação do

estado) do crescimento das economias subdesenvolvidas na fase pós-substituição de importações (FURTADO apud SUZIGAN, 2001, p. 137).

As decisões econômicas devem ser coordenadas de maneira centralizada pelo estado, de modo que fiquem explícitos os objetivos e prioridades sociais. Entre as ações sugeridas por Furtado está a apropriação pelo estado de parte substancial dos lucros de empresas multinacionais, a subordinação de grandes empresas aos fins da política econômica, controle dos efeitos sociais do avanço tecnológico e um maior controle sobre o comércio exterior de produtos primários.

3.3 Considerações finais

Ao estudar a industrialização, em diversas obras e períodos de sua vida acadêmica, Celso Furtado nunca deixou de lado seu esforço em compreender as raízes históricas desse processo. A partir desta análise histórica podemos verificar alguns dos elementos mais importantes na busca pelas causas dos diferentes resultados, no tocante ao desenvolvimento econômico, quando se compara os países centrais e periféricos.

No centro a industrialização se deu a partir de mudanças no quadro social e político que permitiram o avanço da acumulação (a revolução burguesa possibilitou que a burguesia tivesse acesso às esferas do poder), ao mesmo tempo em que a ótica mercantil passava a ser preponderante na esfera da produção. A propagação da industrialização se deu de maneiras distintas: enquanto alguns países como o Japão e Rússia se industrializaram por perceber que somente assim poderiam manter sua soberania, outros só tomaram o caminho da industrialização quando o modelo primário-exportador já não conseguia mais resistir aos freqüentes choques externos.

No segundo grupo, no qual está inserida a América Latina, a indústria surgiu em função do aumento da renda do setor exportador e naturalmente girava em torno deste setor. O poder germinativo da indústria era baixo, pois além da atividade industrial flutuar de acordo com as oscilações dos preços e da demanda mundial pelos produtos primários, a maior parte da demanda interna por bens de consumo era atendida por produtos importados.

A crise do começo do século XX trouxe enormes dificuldades ao balanço de pagamentos da periferia, e sua imediata consequência foi o estrangulamento da capacidade de importação. Assim, ocorreu o Programa de Substituição de Importações, que além de desafogar o balanço de pagamentos deveria dar maior dinamismo à economia local através do incentivo à industrialização. Este modelo tinha limitações intrínsecas, conforme foi tratado anteriormente, e já na segunda metade do século coube aos governos o papel de principal promotor da industrialização no continente.

A grande diferença entre a industrialização do centro e da periferia talvez resida no fato de que nos primeiros as transformações sociais ocorreram no sentido de viabilizar este processo, enquanto na periferia a industrialização não foi precedida de nenhuma alteração no quadro social. Assim, o que se viu foi o posterior agravamento das desigualdades sociais e da concentração de renda.

As causas apontadas por Furtado como determinantes no insucesso (no sentido de não ter sido capaz de garantir a superação do subdesenvolvimento) da industrialização periférica serão tratadas com maior profundidade no capítulo seguinte, após ser feita uma contextualização sobre o papel que o autor em questão atribui à indústria na alteração das estruturas dualistas e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento das economias subdesenvolvidas.

4 - INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CELSO FURTADO

No presente capítulo serão tratadas as peculiaridades da indústria de acordo com Celso Furtado, no sentido de ser este o setor que pode dar maior dinamismo às economias periféricas, criando assim as condições para que estes países atinjam o desenvolvimento econômico.

Serão abordados também os motivos pelos quais Furtado julga que a industrialização não foi suficiente para garantir a ruptura do subdesenvolvimento latino-americano.

4.1 O caráter transformador da industrialização

Furtado observou que uma das grandes diferenças ocorridas no sistema produtivo a partir do avanço do processo de industrialização foi a crescente preocupação com os custos de produção.

As grandes linhas de comércio começaram a dar sinais de saturação no século XIV, acarretando na intensificação da concorrência e, conseqüentemente, aumentando as tensões comerciais. Isso acabou favorecendo a unificação política dos Estados europeus, e começa um período marcado pelo protecionismo comercial.

Tanto no mercado externo, devido à escalada das tarifas aduaneiras, quanto no mercado interno, já que as empresas locais estavam bastante protegidas, a minimização de

custos adquiriu um papel muito importante na concorrência. “Passa-se, assim, insensivelmente, de um sistema econômico em que a margem de lucro é extremamente elevada ou os prejuízos são totais, para outro em que prevalece maior segurança nas transações e maior regularidade nas operações e, ao mesmo tempo, em que as margens de lucros são menores” (FURTADO, 1961, p. 147).

Inicialmente, na tentativa de reduzir custos houve uma pressão sobre a taxa de salários. No entanto, há um valor mínimo para a subsistência dos trabalhadores que não pôde ser ultrapassado, e o esforço dos empresários passou a ser no sentido de otimizar a produção, a partir da divisão do trabalho e do uso de equipamentos mais eficientes. A partir daí, surge um fenômeno que Furtado (1961) considera de grande relevo: o aumento da importância da técnica no sistema produtivo.

O autor resume:

O estacionamento da fronteira econômica na Europa provoca intensificação da concorrência; esta leva a tensões crescentes, que aceleram a aglutinação do sistema político, a formação de economias nacionais e provoca o surgimento da política mercantilista de proteção das burguesias nacionais; para manter suas linhas de comércio [...] os comerciantes exigem dos mestres-artesãos, organizadores da produção, custos mais e mais baixos; [...] a política de redução de custos leva à organização de grandes unidades de produção – as fábricas – e a uma enorme pressão sobre os salários reais; por outro lado, essa política de redução de custos induz a progressivos aperfeiçoamentos na técnica de produção. Abre-se assim um caminho de possibilidades extraordinárias (1961, p. 150).

As possibilidades extraordinárias citadas pelo autor se referem às novas oportunidades de inversão que surgem com a economia industrial. O empresário pode aplicar seu capital intensivamente dentro da fronteira econômica já estabelecida, acarretando em ganhos de produtividade e aumento da renda global. Conseqüentemente, o mercado interno é expandido.

A redução de custos sem cortes de salários permite ao empresário industrial baratear seus produtos sem reduzir a renda dos operários. Assim, os lucros tendem a ser aplicados crescentemente dentro do próprio setor industrial. Furtado (1961, p. 153), afirma que “a eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, o no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicar remuneradamente esses lucros. Cabe, assim, à tecnologia desempenhar o papel de fator dinâmico central na economia”.

A partir dessa definição, podemos notar que a economia industrial não precisa da expansão das fronteiras geográficas, pois seu crescimento depende da capitalização do sistema produtivo. Ou seja, a renda do empresário (lucro) deve ser reintroduzida no circuito econômico para que este não seja interrompido.

Se grande parte dos lucros não for reinvestida no sistema produtivo, uma parcela da produção dos demais empresários deixará de ser comprada. Estes, por sua vez, deixarão de comprar a produção de outros empresários, e assim por diante. “Desta forma, ao contrário das economias comerciais que podiam estabilizar-se secularmente, a economia industrial está condenada a crescer ou a decrescer” (FURTADO, 1961, P.158).

O autor afirma que esta é a razão das grandes oscilações da atividade econômica dos países industrializados, que acabam gerando os ciclos econômicos.

A análise de Furtado sobre o caráter transformador da indústria vai ao encontro à teoria de Nicholas Kaldor. O economista húngaro criou uma série de leis, tentando explicar as diferenças nas taxas de crescimento de vários países.

A primeira lei trata da forte relação causal entre a expansão da atividade manufatureira⁵ e o crescimento do PIB. Segundo Thirwall (2005), existem duas explicações para esta relação: a primeira é o fato de que a expansão da produção e do emprego do setor industrial absorve mão-de-obra de setores em que há desemprego. Assim, não há queda na taxa de emprego e produtividade de outros setores. A segunda razão é a ocorrência de rendimentos crescentes na indústria.

A segunda lei, também conhecida como lei de Verdoom, afirma que há relação causal entre o crescimento da produção manufatureira e o aumento da produtividade no setor, e é bastante controversa. Thirwall afirma que os críticos dessa lei alegam a dificuldade de se determinar o que é causa e o que é efeito.

Quer a lei de Verdoom se sustente ou não [...] ela não é um elemento indispensável do modelo completo de Kaldor. Mesmo na ausência do crescimento induzido da produtividade no setor manufatureiro (o que é difícil de acreditar), a expansão da indústria continua a ser o fator preponderante que determina o crescimento global da produção, desde que os recursos usados pela indústria representem um acréscimo líquido a produção, seja por que de outro modo não seriam utilizados, seja por causa dos rendimentos decrescentes em outras áreas – ou

⁵ Segundo Thirwall (2005), o crescimento do setor manufatureiro ocorre por duas causas: em um estágio inicial do desenvolvimento, pela demanda do setor agrícola, e em estágios mais avançados pela expansão das exportações.

seja, ainda, pelo fato de a indústria gerar seus próprios recursos de um modo que outros setores não geram: pela reinversão dos lucros (2005, pp. 47-48).

A terceira lei trata da relação causal entre a velocidade da expansão do setor manufatureiro e o aumento da produtividade fora desse setor, devido à ocorrência de rendimentos decrescentes em atividades que fornecem mão-de-obra ao setor industrial. “Quando o produto marginal do trabalho fica abaixo da produção média desses setores, o produto médio (produtividade) aumenta à medida que o emprego se reduz” (THIRWALL, 2005, p. 44).

Assim, o crescimento do PIB tende a desacelerar à medida que a capacidade de absorção de mão-de-obra dos setores com rendimentos decrescentes se extingue.

4.2 Por que a industrialização não foi suficiente para garantir o desenvolvimento econômico da América Latina

A industrialização da periferia não obteve sucesso em eliminar a situação de dependência que estes países tinham em relação ao centro. Pelo contrário, acabou aprofundando esse problema, que agora assumia uma nova dimensão: a dependência tecnológica, também ligada a fatores culturais.

O esforço pela industrialização da periferia foi, na verdade, o mero transplante de estruturas produtivas e tecnologias avançadas, desenvolvidas nos centros econômicos, sem que fossem criadas as condições internas para que esta tecnologia fosse devidamente apropriada. Essas condições, de acordo com Furtado (1978), constituem a lógica central da civilização industrial e podem ser entendidas como a maneira pela qual cultura, criatividade e tecnologia se relacionam.

Nas palavras de Sawaya:

É por isso que a periferia não consegue reconstituir a “civilização industrial” e mantém-se como um apêndice dela. As estratégias japonesa e soviética foram diferentes. Segundo o autor [Furtado], buscaram uma via de desenvolvimento em razão de um projeto de afirmação nacional, e por isso, conseguiram assimilar de

forma integrada e ao mesmo tempo soberana, pela força do Estado organizador, as mesmas transformações sociais que constituíram as bases formadoras da estrutura produtiva social européia. A periferia latino-americana não traça o mesmo caminho. Sua estratégia modifica a relação centro-periferia primário-exportadora, mas não consegue superar a dependência. (2008, p. 328).

A industrialização periférica teria sido reflexo da expansão do capitalismo no centro do sistema para a periferia, fundada na transposição de grupos transnacionais e, portanto, diretamente vinculada ao grande capital. A produção local era controlada por filiais e subsidiárias dos grandes grupos internacionais, cujas bases de tomada de decisão e produção de tecnologia se realizavam no centro. Além de conquistar os mercados no qual se instalaram, essas empresas desviavam do controle social a que estavam submetidos nos seus países de origem.

4.2.1 Modernização

Para entendermos de que maneira Furtado compreendeu a industrialização periférica e os motivos pelos quais este processo falhou no sentido de garantir o desenvolvimento destas regiões, se faz necessária a compreensão do conceito de modernização. Segundo o autor,

Os países centrais, ao exportarem manufaturas de complexidade crescente, e importarem produtos de menor elaboração estavam abrindo novas vias à divisão diacrônica do trabalho e aprofundando a acumulação. No que respeita à periferia, o referido quadro de divisão do trabalho permitiu transformar a oferta – aumentar o conteúdo de produtos manufaturados – mediante a exportação de produtos pouco elaborados. Mais precisamente: as transformações mais significativas ocorriam no lado da demanda. E foi a isso que chamamos de modernização (1978, p.109).

O aumento da renda das economias periféricas (fruto da expansão das exportações) trazia consigo um crescimento mais do que proporcional do excedente. Como este era basicamente revertido em consumo, a diversificação da demanda final era conseqüência natural. Assim, “o conteúdo de produtos originários da indústria moderna na cesta de bens finais apresentava forte tendência a crescer” (FURTADO, 1978,p.109). A esta tendência deve ser somada o efeito do multiplicador interno de emprego, uma vez que a periferia vivia uma fase de investimentos em infra-estrutura.

Naturalmente, a pressão acabava por se concentrar nas importações, pois os produtos indústria moderna eram originários do centro. Como a elasticidade-renda da demanda era bastante positiva, quando o coeficiente de importações não se elevava surgiam problemas no balanço de pagamentos das economias periféricas. As tensões nos balanços de pagamentos obrigavam os governos a tomar medidas no sentido de aumentar o coeficiente de exportações, aumentando assim a capacidade de importar, ou reduzir o coeficiente de importações.

A primeira solução tem limites bem definidos, pois à medida que uma economia se especializa no plano internacional, as vantagens comparativas adicionais diminuem e a rigidez do sistema produtivo se torna maior. A segunda via significa diversificação da estrutura produtiva com o objetivo de substituir as importações por produção interna. Pela natureza das importações, esse objetivo só era possível de ser alcançado mediante a industrialização.

Em síntese, a inserção no sistema de divisão internacional do trabalho da economia que se periferiza deve ser percebida como uma transformação de conjunto desta: os seus principais setores são remodelados pelo esforço de modernização. Em uma primeira fase elevam-se os coeficientes de exportação e importação: as estruturas produtivas especializam-se para a exportação e o sistema como um todo faz-se mais rígido. Concomitantemente, a evolução da demanda (modernização) traduz-se em crescimento mais que proporcional dos produtos da indústria moderna que são supridos do exterior. [...] A partir do momento em que surgem dificuldades para avançar pelo caminho da especialização exterior, multiplicam-se as tensões ao nível da balança de pagamentos. Essas tensões reorientam as transformações estruturais no sentido da estabilização (ou declínio) do coeficiente de importações, o que somente pode ser obtido mediante a diversificação do sistema produtivo em função do mercado interno. Essa diversificação é a industrialização (1978, PP. 110-111).

Assim, fica clara a idéia de que a maneira mais fácil de diversificar a oferta interna, para Furtado é o comércio exterior. A industrialização é a segunda alternativa, e acaba sendo sempre mediada pela modernização.

A seguir, serão apontados os tipos de indústria identificados pelo referido autor nas economias periféricas.

4.2.2 Tipologia da indústria periférica

Furtado observou a existência, no período em que a periferia se inseria no quadro da divisão internacional do trabalho, de três tipos de indústria nestes países:

- a) indústrias diretamente ligadas ao setor primário-exportador;
- b) indústrias complementares das exportações;
- c) indústrias que se beneficiam de alguma forma de proteção natural.

O primeiro tipo de indústria é decorrência da natureza das exportações primárias, e tem como um bom exemplo as usinas de açúcar (já que a exportação da cana era inviável, o açúcar era refinado e depois exportado). Como estão diretamente ligadas à demanda do setor externo, não alteram a situação de rigidez que a especialização internacional impõe ao sistema econômico.

Por diferentes razões alguns produtos importados precisam ser ajustados ou montados no país para o qual foi exportado antes de chegar ao consumidor final. São essas as indústrias do segundo tipo, que por serem diretamente vinculadas ao mercado interno fazem parte do processo de modernização. Como agregam valor ao produto importado, exercem um efeito transformador na estrutura produtiva.

Finalmente, o terceiro tipo de indústria⁶ são aquelas que independentemente das políticas levadas a cabo pelo governo se beneficiam de proteção. É a indústria de bens perecíveis ou outras marcadas por altos custos de transporte, construção civil, e de produtos de baixo custo voltados às classes de baixa renda.

As indústrias do segundo tipo foram predominantes na evolução da industrialização das economias periféricas. Como eram ligadas aos setores mais dinâmicos da demanda se beneficiavam de maiores facilidades de acesso à tecnologia e financiamento. No entanto, eram mais dependentes dos interesses externos.

Furtado dá grande destaque à participação das empresas transnacionais (atualmente definidas como multinacionais) na industrialização da periferia. Na próxima seção será tratado de que maneira estas empresas se inseriram na periferia e as conseqüências que esta inserção trouxe para as referidas regiões.

⁶ Furtado ressalta que “a linha demarcatória entre estas indústrias e as do segundo tipo nem sempre é fácil de estabelecer” (1978, p. 114).

4.2.3 Empresas transnacionais

A reconstrução do sistema capitalista, após a crise do começo do século XX, se deu pela integração dos sistemas econômicos nacionais dos países centrais, com as grandes empresas estruturando-se globalmente. Essa nova organização é, na opinião de Furtado, um fator determinante da expressiva acumulação observada no período.

Uma das grandes alterações do novo sistema é que o capitalismo organizado em estados nacionais era voltado à integração interna (na definição de Furtado “nacionalista”), enquanto o novo modelo (das empresas transnacionais) é, pela própria natureza, voltado ao livre comércio e livre fluxo de recursos entre os países.

Furtado afirma que a periferia sentiu o impacto das alterações ocorridas no centro em duas fases:

Numa primeira, as firmas centrais procuram participar da industrialização substitutiva de importações, consolidando posições já ocupadas anteriormente ou conquistando novas posições. As indústrias complementares das importações, pelo fato mesmo de que dependem de marcas de fábrica, de tecnologia e de insumos de difícil substituição adquiridos no exterior, funcionam como cabeças de ponte para a penetração em maior profundidade das firmas centrais, que se dispõem a cooperar no processo de fechamento da economia. Em uma segunda fase, essas firmas se empenham em reabrir as economias periféricas, mediante a diversificação de suas exportações, no quadro de uma reconstrução sobre bases novas do sistema de divisão internacional do trabalho (1980, p.132)

As economias que lograram a industrialização substitutiva de importações acabaram em uma contradição entre a diversificação do sistema produtivo e a disponibilidade de recursos para a acumulação. Essa contradição resulta em concentração de renda, pois os investimentos industriais tendem a se localizar próximos ao mercado final. Furtado (1980) afirma que a ação do estado pode corrigir certos efeitos desta tendência estrutural, mas não modifica o quadro de base, no qual há a integração de dois fatores característicos da industrialização periférica: a primazia da tecnologia do produto e deseconomias de escala. Foi graças a estes dois fatores que as empresas transnacionais desempenharam um papel dominante na industrialização das periferias.

O autor afirma que

Se a dependência externa ganhou profundidade, enraizando-se no sistema produtivo exatamente no momento em que este se voltava para o mercado interno, foi em razão do estilo de desenvolvimento, ao qual se deve atribuir a contradição referida. Mais o desenvolvimento de uma economia é comandado pela dinâmica da demanda de produtos finais, mais importante é o papel desempenhado pela tecnologia do produto. Ora, é exatamente esta a situação dos países periféricos, onde a demanda por produtos finais foi modelada por importações procedentes de economias muito mais avançadas no processo de acumulação e onde a industrialização tem sua origem num esforço para cobrir vazios deixados pela insuficiência dessas importações. Ora, a tecnologia do produto é a principal fonte do poder de mercado, razão pela qual aqueles que a controlam somente a cedam mediante condições muito restritivas (1980, p. 133).

Furtado (1978) afirma que as empresas transnacionais penetraram preferencialmente nos setores cuja demanda se demonstrava mais dinâmica (embora reconheça que o dinamismo referido se deu em grande parte graças à entrada destas empresas nos setores) e que a formação do mercado é concorrente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Se o excedente for canalizado para a acumulação ao nível das forças produtivas, o mercado ligado à modernização (e conseqüentemente a produtividade e o volume do excedente) terá menores taxas de crescimento. Da mesma forma, se o excedente for priorizado para a expansão do mercado, desacelera-se o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a produtividade e o excedente serão negativamente impactados.

O problema já referido da estreiteza do mercado se manifesta aqui de um ângulo dinâmico. Se se preservou a modernização como quadro do processo de industrialização foi porque as empresas transnacionais deram contribuição substancial para solucioná-lo. Não somente descapitalizando-se numa fase inicial – mediante a utilização de tecnologia e equipamentos total ou parcialmente amortizados –, mas também apelando para o mercado financeiro internacional. O excedente localmente formado pôde assim ser utilizado em grande parte para a formação de mercado. Contudo, a solução definitiva só poderia vir das exportações industriais, vale dizer, no quadro de um novo sistema de divisão internacional do trabalho. O controle das atividades industriais periféricas pelas transnacionais conduz, portanto, de uma ou outra forma, ao reforçamento da estrutura de dominação centro-periferia (FURTADO, 1980, p. 140).

Embora deixe clara a importância das empresas transnacionais na modernização das economias periféricas, o autor ressalta que estas empresas não constituem, pelas causas discutidas, o caminho através do qual a periferia alcançará o desenvolvimento econômico.

4.3 Considerações finais

Celso Furtado deixa claro em sua obra que a industrialização é a principal forma de transformar as estruturas subdesenvolvidas, gerando assim o desenvolvimento econômico. A principal diferença entre a economia industrial e economias baseadas em outras atividades é a possibilidade (como vimos anteriormente, essa possibilidade na verdade se traduz em necessidade) da reinversão dos lucros no sistema produtivo, sob pena da queda da atividade econômica.

Naturalmente, o fato de dada região ter um grau significativo de industrialização não significa que esta seja desenvolvida, pois há uma gama de fatores que determinam a irradiação ou não dos frutos do avanço industrial para as diversas camadas da população. Furtado afirma que

Se nos países centrais a atividade industrial opera como força primária transformadora das estruturas econômicas e sociais, isso se deve a duas razões. Em primeiro lugar, ao fato de que a expansão das atividades industriais é acompanhada de modificações na composição da demanda final no sentido de sua diversificação. De uma ou outra forma, o crescimento da indústria acarreta elevação na taxa média de salário da massa trabalhadora, mesmo quando não implique em criação de novos empregos. [...] a diversificação do consumo da massa da população opera no sentido de intensificar a difusão do progresso técnico [...]. Essa realimentação praticamente inexistente na economia periférica, em razão da estabilidade ou lento crescimento da taxa de salário real.

A segunda razão se deriva da articulação das atividades industriais entre si. Se elas formam um sistema, é porque em grande parte trabalham umas para as outras (1980, pp. 118-119).

O subdesenvolvimento se apresenta, para Furtado, em diferentes formas e estágios. O estágio mais simples é a coexistência de empresas estrangeiras produtoras de uma mercadoria de exportação com uma grande parcela da economia voltada à subsistência.

O estágio mais complexo, segundo o autor, é o caso brasileiro, no qual a economia apresenta três setores: um de subsistência, um voltado ao mercado externo, e um núcleo industrial relativamente diversificado e capaz de suprir parte da demanda interna por bens de capital, voltado ao mercado interno.

Uma vez que esse terceiro núcleo se desenvolve a partir de um processo de substituição de importações, a preocupação do empresário desse setor é competir com o exportador estrangeiro, produzindo bens similares e utilizando técnicas igualmente parecidas. Assim, os avanços tecnológicos visam a equiparação da estrutura de preços dos produtores locais com os estrangeiros, e não a transformação da estrutura econômica.

Como resultado, mesmo que o setor industrial cresça a estrutura ocupacional do país se altera com lentidão, a parcela da população afetada pelo desenvolvimento continua reduzida, e o setor ligado à subsistência continua com grande peso na estrutura econômica local.

É esta a razão encontrada por Furtado capaz de explicar o fato de que embora alguns países possuam estruturas industriais diversificadas e com nível de participação no PIB similar aos de economias centrais, as estruturas pré-capitalistas continuem a existir, e grande parte da população continue alheia aos efeitos do desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou a inserção mais profunda na obra e pensamento econômico de Celso Furtado. Embora o destaque de sua figura entre os economistas latino-americanos tenha sido fato de conhecimento público, o alcance de suas teorias não deixa de ser surpreendente.

A interdisciplinaridade com que Furtado aborda os problemas dos países subdesenvolvidos – conectando a ciência econômica à sociologia e história – faz de sua análise ímpar, e incentiva o rompimento de paradigmas de que os problemas que se manifestam no âmbito da ciência econômica só podem ser explicados e solucionados através desta. Ao afirmar (1961) que por um lado o processo de desenvolvimento é fruto do processo histórico de cada época, e por outro lado das condições culturais e políticas de cada país, Furtado evidencia seu caráter multidisciplinar.

Outra característica marcante que, bem verdade possa ser atribuída a todo conjunto da obra de Furtado, mas especialmente à temática do desenvolvimento, é o fato de ser atemporal. Embora suas obras mais importantes sobre o tema tenham sido escritas na década de 60, a espantosa dinâmica (não no sentido de crescimento ou desenvolvimento, mas de sobreposições de fatos e mudanças) que a economia vive desde então não foi capaz de jogar seus conceitos ao ostracismo. Pelo contrário, parece que confirma algumas de suas teses.

A separação dos conceitos de progresso e desenvolvimento – embora o segundo seja consequência do primeiro, não podemos confundi-los – é fundamental para a compreensão da realidade econômica atual. Os inegáveis avanços que a industrialização periférica trouxe à essas regiões não resultaram na promoção do desenvolvimento econômico por diferentes

motivos, entre eles a predominância das empresas transnacionais nos setores mais dinâmicos da indústria e a falta de conexão entre as políticas de promoção da industrialização e de desenvolvimento social.

É importante ressaltar que as diferentes maneiras pelas quais a indústria surgiu no centro e na periferia viriam a ser determinantes no futuro desses países. Enquanto no centro a industrialização começou pela revolução burguesa, que conforme o tratado no segundo capítulo deste trabalho foi uma transformação nas estruturas sociais destes países, a periferia viveu um processo de industrialização tardio, sem nenhuma alteração social prévia, e pequenas mudanças no quadro social como consequência.

A expansão da renda provocada pela industrialização resultou na imitação dos padrões de consumo das economias centrais, o que acabou acentuando a relação de dependência das economias periféricas para com os países desenvolvidos.

Outra noção muito importante que se deve tirar da obra de Furtado é o fato do autor não considerar o subdesenvolvimento uma etapa necessária ao desenvolvimento. Se determinada região é desenvolvida, não significa que ela tenha sido subdesenvolvida anteriormente. Ora, o subdesenvolvimento é um problema de coexistência de formas e estruturas heterogêneas dentro de uma economia, fruto das relações de dependência, e não um estágio anterior ao desenvolvimento. Pelo contrário, é um grande entrave ao alcance do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKI, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.** São Paulo: 34, 2001. p. 109-26.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.** São Paulo: 34, 2001. p. 19-44.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.** São Paulo: 34, 2001.

CAVALCANTI, C. Celso Furtado e a persistência do subdesenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.** São Paulo: 34, 2001. p. 61-76.

CEPÊDA, Vera A. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.** São Paulo: 34, 2001. p. 167-84.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1968.

_____. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. **O Capitalismo Global**. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

JAGUARIBE, Helio. O problema do desenvolvimento nacional: considerações em torno do pensamento de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: 34, 2001. p. 53-60.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SACHS, Ignacy. Um projeto para o Brasil: a construção do mercado nacional como motor do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: 34, 2001. p. 45-52.

SAWAYA, Rubens R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 64, p.327-34, set.-dez. 2008.

SHISHITO, Fabio A. **O papel do estado no processo de desenvolvimento na obra de Celso Furtado: reflexões sobre o caso brasileiro**. In: VII SEPECH - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2008, Londrina. Anais do VII SEPECH. Londrina: Eduel, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1997

SUZIGAN, Wilson. Industrialização na visão de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; REGO, José M. (org). **A Grande Esperança em Celso Furtado**: ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: 34, 2001. p. 127-38.

TARGETTI, F.; THIRWALL, Anthony P. (ed). **The Essential Kaldor**. New York: Holmes e Meier, 1989.

THIRWALL, Anthony P. **A natureza do crescimento econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: IPEA, 2005.